

## **Crises de Mortalidade em Chaves entre 1760 e 1880 \***

José Alfredo P. Faustino  
Investigador do CITCEM - Grupo de História das Populações

\* Trabalho desenvolvido no âmbito do projecto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico intitulado “Espaços Urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”, com referência FCT PTDC/HIS-HIS/099228/2008 suportado pelo: Orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.



## 1. Introdução

A presente comunicação pretende abordar a incidência da sobremortalidade numa urbe fronteiriça do norte de Portugal, procurando-se conhecer a sua evolução, gravidade e possíveis causas, bem como outros aspectos relevantes dos contextos históricos em que se enquadraram estas crises no período de 1760 a 1880. Neste seguimento procuraremos ir ao encontro das possíveis razões que motivaram as alterações ao regime normal do comportamento da mortalidade dos maiores de 7 anos na antiga vila flaviense para o período em causa.

A cidade de Chaves situa-se no Norte de Portugal, província de Trás-os-Montes, a 12 km da Galiza. É sede de um concelho que se estende por 600,12 Km<sup>2</sup> repartido por 51 freguesias, com 43.558 habitantes, 17.500 dos quais, aproximadamente, vivem na cidade, segundo o censo de 2001 O município integra a designada sub-região do Alto Tâmega e Barroso, com os concelhos de Valpaços, Vila Pouca, Ribeira de Pena, Boticas e Montalegre.

**Mapa 1 - Localização de Chaves na Região Norte**



É aos romanos que se deve a sua fundação, designadamente ao imperador Tito Flávio Vespasiano, que, no ano 79 d.C., a mandara construir por causa das águas quentes e sulfurosas que brotavam junto ao rio Tâmega, dando-lhe a designação de *Aquae Flaviae*. As riquezas que possuía fizeram dela uma Colónia dos romanos. Alguns

vêm na extraordinária regularidade do actual traçado da malha urbana do seu casco velho, uma continuidade da antiga Urbe romana. Na verdade, ainda hoje podemos observar no Cento Histórico o notável traçado de tipo ortogonal regular, que nenhuma outra cidade portuguesa guardara. Uma malha de ruas entrecruzadas com a velha Rua Direita como eixo principal que ligava a antiga porta do Arrabalde à do Anjo, aproximando-se do sentido nascente – poente característico do *decumanus* romano, com o fórum no largo principal entre a câmara e a Igreja Matriz (Salgueiro, 1992:212-214). Opinião diferente tem Nuno Pizarro Dias (1990:43-56), asseverando, por sua vez, que “a nova Chaves” segue «*uma tipologia genuinamente medieval, característica das cidades de fronteira com uma função essencialmente militar*», não havendo, por isso, «*uma ligação directa com a Aquae Flaviae*».

A cidade é atravessada pelo rio Tâmega que, durante muitos anos, alimentara a sua generosa veiga, uma das mais ricas do país, cujas margens estão ligadas pela imponente ponte de Trajano, construída nos finais do século primeiro e inícios do segundo, integrada na via XVII que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Astorga). A importância estratégica e económica da região veio a fazer desta estrada um importante centro de cruzamento de várias vias regionais de comunicação, fomentadoras do desenvolvimento municipal.

Depois de séculos de florescimento, a urbe foi destruída pelos suevos, em 411, segundo o Chronicon do Bispo Idácio, e por posteriores danificações provocadas pelas escaramuças árabes. Renasce nos princípios da nacionalidade. D. Afonso III, em 1258, ter-lhe-á outorgado o primeiro foral, datando igualmente desta época o início da reconstrução das muralhas e a edificação da torre de menagem, continuada pelos seus sucessores D. Dinis e D. Fernando. A fertilidade dos campos da veiga facilitou a acção repovoadora dos nossos reis. A afluência de povoadores foi tão elevada que, nos finais de trezentos, a vila de Chaves já se contava entre os principais centros do nosso país, sendo o segundo de Trás-os-Montes. No entender de Nuno Pizarro Dias (1990:56), o crescimento populacional prolongara-se até meados do século XIV, dando origem ao arrabalde das Couraças, entre a muralha nascente e o rio Tâmega, próximo da ponte de Trajano.

Com a «Guerra da Restauração» a vila de Chaves ganha prestígio e importância no contexto nacional da vida política e militar, tendo sido classificada por decreto régio

como praça de 1ª classe, na defesa da raia norte do país. Foram então modernizadas as defesas e iniciadas as novas muralhas seiscentistas, terminadas no século seguinte, que ampliaram substancialmente o espaço urbano. A defesa foi reforçada com a construção do majestoso Forte de S. Francisco, hoje transformado num belíssimo hotel, e o Forte de S. Neutel, de singular fortaleza e perfeição, que ficara inacabado, foi presentemente restaurado. Deste período data igualmente a construção das muralhas do Revelim da Madalena que viria a albergar no seu interior o quartel de S. Roque onde antes funcionara o Hospital Militar ou Real. Todas estas fortificações foram «*bem providos de soldados e artilharia*», como atesta na sua *Chrónica* o Frei Francisco de Santiago sobre a descrição da vila de Chaves (Machado, 1994:172-174).

A vila, por essa altura, transformou-se num pólo atractivo de gentes de toda a sorte: militares de diferentes patentes, infantes, nobres e ilustres, a par de homens e mulheres de todos os ofícios e de *gentes de outras artes*. Como consequência, a sua população aumentou significativamente e a vila transbordou das suas muralhas. De fora ficaram os arrabaldes das Couraças, do Anjo e da Madalena.

Nos séculos XVIII e XIX, Chaves, nos séculos XVIII e XIX, era ainda um importante centro urbano da província de Trás-os-Montes, cujo pulsar diário era marcado pela dinâmica do pequeno comércio local e inter-regional, com o Barroso, o Minho, a Terra Quente do interior e as terras vizinhas da Galiza, sustentado pela abundante riqueza agrícola e florestal, com destaque para a sua fértil veiga que produzia toda a qualidade de frutos: hortaliças, cereais, vinho, azeite, milho e linho (Mendes, 1995:380-381). A este propósito o Corregedor José António de Sá conta-nos, na sua Memória Académica *sobre a descrição da Província de Trás os Montes (1780-1781)*, que «de todas as partes da província, a veiga de Chaves hé a melhor e mais natural para huma fertilíssima produção; hé huma planície grande, formoza e que faz amenissimo aquelle paiz» (Sousa, 1997:27). Apesar disso, a produção agrícola não chegava para abastecer a população residente, recorrendo-se frequentemente aos excedentes da região envolvente e até às aldeias mais próximas da vizinha Galiza (Machado, 1994:204). Também Columbano de Castro confirma, por sua vez, este dinamismo económico no início da última década de Setecentos, dando notícia de um comércio «muito grande e consistente em todos os géneros que há no Pais e dos que vem de fora», aduzindo, porém, que a maior riqueza das populações provém da «venda dos seus fructos, gados,

sedas e laãs». Dá-nos, ainda, notícia de que havia na vila de Chaves fábricas de louça grossa, de fiação de seda e de tecidos de linho para o fornecimento das tropas, ocupando, esta última, 700 pessoas (Mendes, 1995:381). Em seu entender, o dinamismo económico estava relacionado com o florescimento da actividade comercial com as regiões vizinhas, incluindo a Galiza, e com «o muito consumo que faz a Tropa que ali se acha» devido a uma superior concentração militar.

Na transição do século o burgo flaviense, com uma centena de lojas, era animado pelas trocas do sal e produtos industriais que seguiam para a Galiza, recebendo, por sua vez, cereais e gado. A fazer fé no Mapa de Ribeiro de Castro (Mendes, 1995:566) sobre o rendimento das alfândegas e portos de Trás-os-Montes em 1792, a raia flaviense era a que fazia o maior movimento aduaneiro, vindo depois Bragança e Vinhais. Do mesmo modo, aquando da reforma das alfândegas levada a cabo pelo ministro José da Silva Carvalho, em 1833, a de Chaves, a par da de Bragança, era uma das mais importantes da raia seca do norte e do reino, com 1.000\$000 reis anuais (Serrão, 1982:297-299) o que prova a existência de um comércio bastante activo com a província galega.

A sua importância é-nos, ainda confirmada, em meados da Centúria, por uma portaria de 6 de Abril de 1863, que viera a reforçar a alfândega de Chaves demonstrando que as suas feiras continuavam a ser muito concorridas pelas gentes da região da Galiza.

A proximidade à Galiza fez do burgo flaviense uma importante praça militar, de grande relevância estratégica, em consequência da fácil penetração na província através da veiga, a partir da vila galega de Verín. Ao finar o século XVIII, segundo Columbano de Castro (Mendes, 1995:54), Chaves, apesar de não ser à altura sede do comando de Armas de Trás-os-Montes, contava com dois regimentos de Cavalaria e um de Infantaria, do total dos 5 aquartelados na província. A fazer fé no decreto de 30 de Outubro de 1796, que fixa o número de praças por regimento, somos levados a acreditar que o número de militares fixados em Chaves estaria acima *lato sensu* dos 2.700 efectivos, aos quais devemos acrescentar os familiares e a criadagem que porventura acompanhavam alguns militares de carreira. Calcule-se, pois, a influência deste sector na vida urbana flaviense.

Em contrapartida a posição estratégica da raia seca, trouxe-lhes graves transtornos no período em análise. Destacamos, em primeiro lugar, a ocupação de quase um ano em 1762 pelas tropas espanholas, na sequência da participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos, ao lado dos ingleses, o que acarretara, desde logo, o ódio das populações locais. António Pedro Vicente, citado por Veríssimo Serrão (1982:61) conta-nos que, face à surripia das riquezas da vila, a reacção dos populares atingiu tal furor que dos 500 miqueletes que haviam entrado na vila, apenas restavam 18 em fins de Junho «a todos maes tem dado fim», acrescentado que a malquerença aos invasores era tamanha que «he certo que por todas aquelas montanhas se não pode andar com o fétido, porque pelo ódio que lhes tem os não enterrarão». Chaves, bem como outras terras e praças militares fronteiriças de Trás-os-Montes, só viria a ser desocupada tempos depois da assinatura do Tratado de Paz de Fontainebleau, em 10 de Fevereiro de 1793.

A paz da Vila volta a ser perturbada por um episódio bélico inserido na designada «Guerra das Laranjas», nos dias 8 e 9 Junho de 1801. Perante o previsível fracasso dos nossos exércitos na fronteira alentejana, entendeu o Marquês de La Rosière criar na raia norte do reino uma «*manobra de diversão*» que levasse as forças inimigas a repartirem-se por uma nova frente (Machado, 1994:201). As tropas portuguesas encontravam-se mal municadas, eram inexperientes e indisciplinadas, e, por isso, o ataque à vila galega de Verín e à fortaleza de Monterrey fracassara rotundamente e senão fora a deficiente preparação das forças inimigas a situação tornar-se-ia ainda mais desastrosa para as gentes da raia portuguesa. Mesmo assim, instalou-se a confusão nas linhas mais avançadas e um falso rebate levou a que o comandante da praça, general Manuel José Lobo, ordenasse a evacuação da vila, seguindo já o apavorado cortejo perto de Vila Pouca quando os militares os persuadiram a regressar. Por essa altura, Portugal havia assinado já os dois acordos de paz com a Espanha e o outro com a França.

Mais gravosa fora a ocupação militar francesa, ainda que por pouco tempo, em Março de 1809. A 10 de Março, o exército francês, pernitoou à vista de Chaves nas proximidades de Bustelo e, no dia seguinte, as tropas portuguesas capitularam. Depois da conquista da Praça flaviense, conta-nos Montalvão Machado (1994:215-228), o grosso das hostes encaminhou-se para Braga e Porto. Todavia, as tropas de Soult teriam

ficado na região até meados de Maio para baterem em retirada, no dia 18, pela raia de Montalegre a caminho da Galiza.

A 2ª invasão francesa fora o acontecimento bélico maior de consequências mais profundas na sociedade e nos comportamentos demográficos das populações flavienses da época. Mais adiante, os episódios bélicos de 1823 protagonizados pelo futuro Marquês de Chaves, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca inscrevem-se nos ventos da reacção realista à Revolução Vintista, não trouxeram consequências relevantes para as populações da urbe.

Também não trouxe grandes desalinhos o movimento das tropas aquando da assinatura da “*Convenção de Chaves*”, em 20 de Setembro de 1837, que pusera termo à revolução cartista dos Marechais, após o combate de Ruivães. Assim como os movimentos populares de 1846, que terminaram por aqui com a brilhante vitória das tropas do Governador militar, o general Barão de Casal, Sousa Alvim, poupando a Vila às tropas de Sá da Bandeira. Todas estas contendas se enquadram nas «*guerrilhas institucionais*» da consolidação do Liberalismo em Portugal e terminaram geralmente com os vencidos a seguirem os trilhos da Galiza sempre que os ventos políticos sopraram de feição.

Para minorar o sofrimento dos habitantes flavienses, contava a vila, a meados do século XVIII, com dois hospitais: o da Misericórdia a funcionar na antiga Albergaria dos Duques de Bragança desde os começos do século XVI até à sua transferência em 1848, para as instalações contíguas à Igreja da Irmandade do mesmo nome construída por essa altura; e o Hospital Real ou Militar anexo à Igreja da Madalena, dentro das muralhas, estando este confiado aos frades de S. João de Deus para tratar os soldados, mantendo-se activo até aos adventos do Liberalismo, em 1834. Este Hospital funcionou regularmente entre 1789 e 1813 a “*Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves*”, semelhantes às Escolas de Medicina de então. Fica no entanto, a dúvida sobre a eficácia da assistência hospitalar em períodos de grande mortalidade.

A par destes, existiu um terceiro modesto Hospital no Largo do Toural, junto às Caldas, junto à Capela de Santa Catarina que aí existiu. Terá sido construído no tempo do nosso rei D. Fernando, constituído por um conjunto de casas, destinando-se uma delas a albergaria para os doentes que demandavam a vila para fruir da terapêutica das famosas águas cáldas e sulfurosas. Este hospital perpetuou-se até que um acto

inexplicável do Conde de Mesquitela, Governador de Armas de Trás-os-Montes, na sequência da Guerra da Restauração, em 1658, mandou arrasar o campo do Tabolado e com ele as casas, albergaria e até a Capela de Santa Catarina. Apesar disso, as águas termais continuaram a beneficiar a gentes flavienses que a utilizavam para diversos fins. A sua qualidade levava D. João VI, em 1805, a considerá-las um tesouro hídrico merecedora, por isso, de boas termas. Chegaram a ser feitas as demarcações da planta, mas as invasões francesas puseram termo aos trabalhos, ficando as Caldas esquecidas até ao século seguinte.

A população da vila Chaves bem como do seu termo aumentou significativamente desde o século XVI até 1758, com um crescimento que se aproxima dos 100%. Se no dealbar do segundo quartel de quinhentos, imediatamente após a epidemia de peste de 1527, a Vila contava com 385 moradores e uma população que pouco ultrapassaria as mil e quinhentas criaturas (Galego, 1986:21), nos meados do século XVIII, segundo as Memórias Paroquias, aproximava-se já dos 3500 habitantes. Para segunda metade do século, marcada por maus anos agrícolas e pela carência alimentar, já as fontes apreciadas são contraditórias: segundo a «*Memória Agronómica relativa ao concelho de Chaves*» de José Inácio da Costa (1789:355), a população não terá parado de crescer, atingindo 3650 almas, ainda que o número de fogos tenha diminuído drasticamente para 680; ao invés, um manuscrito dos finais do século XVIII, de Columbano de Castro (Mendes, 1995:380), refere um aumento expressivo do número de fogos para 892, com a população de apenas 3.377 pessoas, sublinhando todavia que «*a população desta vila está mais augmentada e rica do que antigamente*». Estes dados levantam-nos algumas dúvidas, uma vez que esta última fonte apresenta uma dimensão média de 3,8 de pessoas por fogo, enquanto a primeira aponta para uma dimensão média elevadíssima de 5,3! Em nosso entender o número de fogos está subavaliado no primeiro caso, pois é bem evidente que estes são mais estáveis que a população. Fernando de Sousa (1979:239) reforça as nossas preocupações, garantindo que para Trás-os-Montes, em 1794, a dimensão média dos fogos andaria pelas 3,7 almas, subindo para 3,9, em 1801.

Segundo o mesmo investigador, na última década do século Chaves fora atravessada por um importante surto de desenvolvimento comercial, crescendo a sua população de 3.400 pessoas em 1793, para 4.600 no dealbar de Oitocentos.



Dando crédito ao censo de 1801, houve um aumento substancial do número de fogos e de população da vila, apesar dos maus anos agrícolas do último quartel de Setecentos, acompanhando a tendência de Trás-os-Montes e de Portugal. Na verdade, à luz do 1º Recenseamento nacional de 1864 a população flaviense não parou de crescer contando nesse ano 6.382 pessoas. A este número somam-se, ainda, 732 “*trausentes*”, 729 varões e 12 mulheres. Partindo dos dados deste último censo podemos concluir que ao longo de pouco mais de uma centúria a população quase duplicou.

Este crescimento populacional seria ainda mais robusto caso a «*mortalidade catastrófica*» não o tivesse delapidado. Esse é um tema que em nosso entender merece uma análise aprofundada quanto à sua influência nas dinâmicas demográficas, populacionais e sociais da antiga paróquia de Santa Maria Maior da Vila de Chaves, entre 1760 e 1880.

A mortalidade é considerada por alguns historiadores-demógrafos, entre eles, J. Meuvret, P. Chaunu e Le Roy Ladurie como a variável dinâmica que dita o ritmo de crescimento das populações do passado, relacionada com distintos aspectos da vida da sociedade, designadamente com o contexto sócio-económico. Outros, como J. Dupâquier e N. Amorim excluem a mortalidade como factor decisivo da regulação das populações do passado. O primeiro, ainda que não enjeite a importância das crises de mortalidade, nega o seu papel como mecanismo auto-regulador da estabilidade demográfica do Antigo Regime, conferindo-o à nupcialidade (Bandeira, 1996:25). Por sua vez, Norberta Amorim apesar de atribuir à nupcialidade um papel regulador do equilíbrio na sucessão das gerações do passado, considera, no entanto, que a mortalidade intervém de forma mais contundente na alteração do movimento da população, com efeitos mais imediatos e decisivos (Amorim, 1991:89). Neste sentido, a abordagem da «*mortalidade de crise*» deverá compreender o estudo das demais variáveis demográficas, pois é sabido que às alterações da mortalidade se seguem as da nupcialidade e das concepções. A metodologia da reconstituição da paróquias permitir-nos-ia uma análise mais credível da dinâmica dos comportamentos demográficos, não obstante a grande maioria das investigações sobre a incidência da «*mortalidade catastrófica*» autonomizem a sua análise de encontro ao que Livi-Bacci chama estudo da «*morte estatística*». Todavia, o seu estudo a partir da construção de séries obituárias não está isento de sérios problemas e dúvidas, a começar pelas fontes e metodologias

utilizadas. Porquanto, para a paróquia de Chaves não contamos com o registo de óbitos dos menores de sete anos, até cerca de 1856.

## 2. Fontes e métodos

Para a elaboração deste estudo servimo-nos basicamente dos registos de óbito da antiga paróquia de Santa Maria Maior de Chaves. Com efeito, trabalhamos 35 livros, 29 da “Repartição Única”, três da “Repartição de Baixo” e outros tantos da de “Cima”. Na paróquia existiam duas repartições que produziram documentação de forma independente até meados da década de 1850. A partir desse momento passou a existir apenas uma única. Todos estes manuscritos têm termo de abertura e encerramento, conservando-se, os primeiros em razoável estado e os últimos em boa condição e de fácil leitura. A informação contida nos assentos melhora de qualidade no decorrer do tempo, todavia dependente da capacidade dos seus redactores, que foram mais de meia centena!

Entre os métodos propostos para o estudo das crises de mortalidade privilegiamos a desenvolvida por Dupâquier (1979:83-112) que, partindo do volume anual de óbitos e da média aritmética dos dez anos enquadrantes do acidente de sobremortalidade, introduz o desvio padrão para minorar as flutuações aleatórias dos valores observados. Resulta, assim, a fórmula:  $I = (D - M) / E$ , sendo **I** a intensidade da crise, **D** o número anual de óbitos, **M** a média de óbitos dos últimos 10 anos enquadrantes, e **E** o desvio padrão do número anual de óbitos, dos dez anos enquadrantes. Estaremos perante anos de crise quando o índice ultrapassar o valor de 1.

As crises são então classificadas de acordo com os valores do I (intensidade), como se reproduz no seguinte quadro:

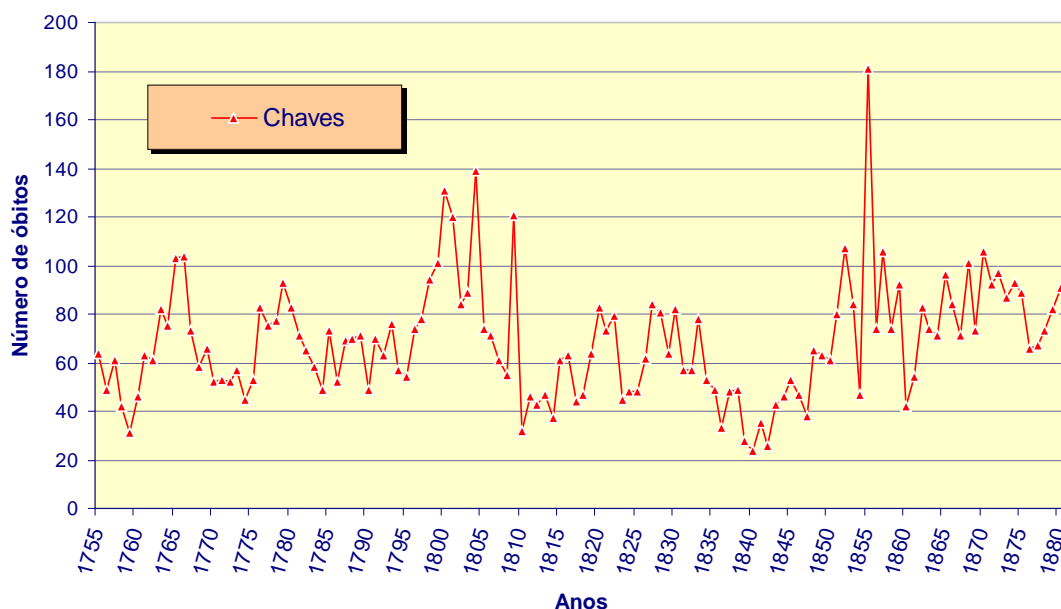
**Quadro 1 – Classificação das Crises segundo Dupâquier**

Magnitude	Tipo de crise	Valor da intensidade
Magnitude 1	Crise menor	Intensidade: entre 1 e 2
Magnitude 2	Crise média	Intensidade: superior a 2 e inferior a 4
Magnitude 3	Crise forte	Intensidade: entre 4 e 8
Magnitude 4	Crise maior	Intensidade: entre 8 e 16
Magnitude 5	Super Crise	Intensidade: entre 16 e 32
Magnitude 6	Catástrofe	Intensidade: superior a 32

Apesar dos reparos suscitados a este método, designadamente na utilização do período de referência, em que os índices de mortalidade pode conter ele próprio momentos de sobremortalidade, o método de Dupâquier, pela simplicidade e rapidez dos cálculos é o que se apropria melhor ao estabelecimento de uma cronologia das crises para o período pré-estatístico. Por outro lado, nenhum dos métodos conhecidos resolve cabalmente os problemas apontados. Acresce, por sua vez, que um bom número de estudos segue actualmente esta linha metodológica, permitindo comparações mais consistentes.

Recolhidos os dados da mortalidade adulta, procedemos à construção de uma série necrológica (gráfico 1) que pelo seu interesse se apresenta.

**Gráfico 1 – Movimento anual de óbitos (1755- 1880)**



Fonte: Livros Paroquias de Chaves

Da sua observação, verificamos que ao longo do período em análise ocorrem subidas bruscas do volume de óbitos. Todavia, são estas oscilações que nos servem de ponto de partida à análise, adquirindo somente significado quando confrontadas com a designada «mortalidade ordinária», para recuperar a expressão de Pérez Moreda (1980:56), designadamente nos anos: 1765, 1779, 1799, 1800, 1801, 1804, 1821, 1852, 1857, 1868 e 1870, com particular subida no ano de 1855.

Através da aplicação do método de Dupâquier procuramos conhecer a virulência da «mortalidade extraordinária» ao longo destes 120 anos na população flaviense.

Da análise do quadro nº2, *Intensidade das crises em Chaves (1755-1880)* e do respectivo gráfico, podemos destacar, pelo menos cinco períodos, de abrangência variável:

- a) um primeiro período assinalado pelos anos de 1765/1766, fazendo-se prolongar pela década seguinte;
- b) um segundo, muito lato e penoso, de 1793 a 1809, cujo vértice coincide com a viragem do século;
- c) um acidente de mortalidade no ano de 1820, marca um terceiro período de sobressaltos menores;
- d) os anos 50 de Oitocentos balizam o quarto período, caracterizado por uma grande virulência;
- e) por último, um período de vinte anos, durante o qual a mortalidade apresenta uma importante regularidade.

**Quadro 2 - Intensidade das crises em Chaves (1755-1880)**

<b>Ano</b>	<b>In*</b>	<b>Ano</b>	<b>In*</b>	<b>Ano</b>	<b>In*</b>
<b>1765</b>	3,1	<b>1799</b>	2,4	<b>1845</b>	1,6
<b>1766</b>	2,1	<b>1800</b>	4,1	<b>1848</b>	2,7
<b>1776</b>	1,3	<b>1801</b>	1,7	<b>1849</b>	1,8
<b>1777</b>	1,4	<b>1804</b>	2,1	<b>1850</b>	1,3
<b>1778</b>	1,6	<b>1809</b>	1,2	<b>1851</b>	2,4
<b>1779</b>	2,6	<b>1820</b>	3,3	<b>1852</b>	4,1
<b>1780</b>	1,4	<b>1821</b>	1,4	<b>1853</b>	1,3
<b>1793</b>	1,5	<b>1822</b>	1,6	<b>1855</b>	5,9
<b>1796</b>	1,2	<b>1827</b>	1,7	<b>1868</b>	1,7
<b>1797</b>	1,5	<b>1828</b>	1,1	<b>1870</b>	1,8
<b>1798</b>	3,0	<b>1830</b>	1,1	<b>1871</b>	1,0

\* Intensidade da Crise

Globalmente, a segunda metade do século XVIII foi marcada por ocorrências de sobremortalidade elevada, embora nenhuma delas se revista de proporções dramáticas. Os maus anos agrícolas, os acontecimentos da Guerra dos Sete Anos e as epidemias são os grandes responsáveis pelas grandes crises demográficas. Contam-se entre elas os episódios de 1765-766, 1779, 1798 e 1799, com magnitudes de 2, crises médias, segundo a metodologia utilizada.

Por sua vez, podemos dizer que a viragem do século, se iniciara sob o signo de dificuldades: climatéricas, sucessão de maus anos agrícolas, carências alimentares, carestias de pão, fomes e, por fim, a campanha da “Guerra das Laranjas” e da “Guerra Peninsular”, o que levava Fernando de Sousa (1979:51) a questionar o que era Portugal por essa altura, senão um país de pobres, onde a miséria é geral!

A primeira década de Oitocentos é particularmente difícil com 4 crises de mortalidade, sendo a de 1800, uma «*crise forte*» de magnitude 3, na escala de Dupâquier.

A década de 50 do século XIX foi a mais fustigada pela “*sobremortalidade catastrófica*», em geral, designadamente nos anos 1852, 1855, 1857 e 1859, fazendo diminuir o saldo da vida sobre a morte. A crise que ocorrera no ano de 1855 foi a mais mortífera vivida pelos flavienses, não tendo par em toda a observação.

A partir dos anos sessenta os episódios de «*mortalidade excepcional*» são mais espaçados e menos intensos, apesar das «*crises menores*» de 1868, 1870 e 1872, não se distinguindo quase da mortalidade dita «*ordinária*».

Assinale-se, pelo seu interesse, o quadro resumo que se segue.

**Quadro 3 - número de crises, por magnitude  
(1760 -1880)**

Tipo de Crise	Magnitude		
	1 « <i>menor</i> »	2 « <i>média</i> »	3 « <i>forte</i> »
Nº de crises	21	9	3
%	63,7	27,2	9,0

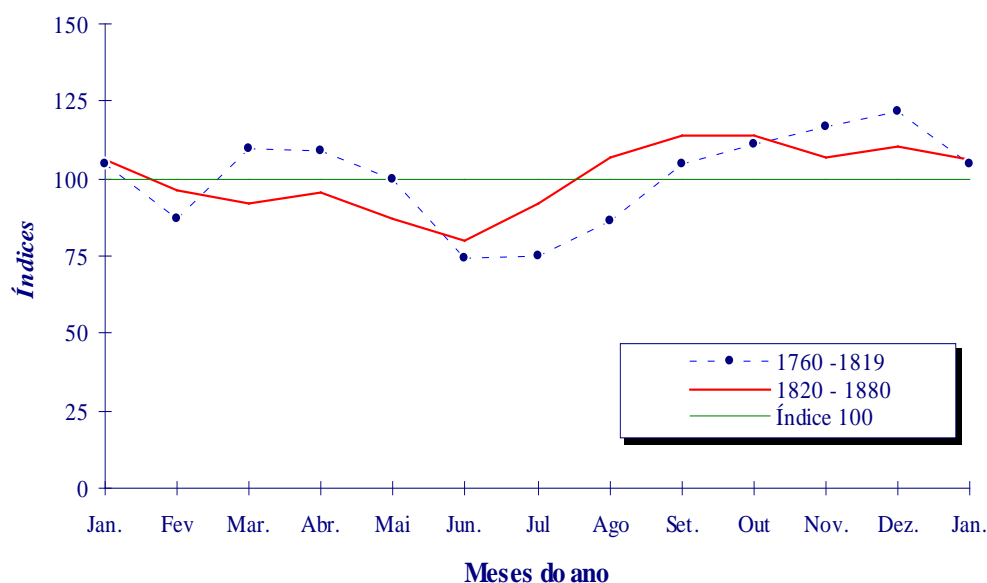
Da leitura do quadro apresentado constatámos que, das 33 crises registadas ao longo de toda a observação, a grande maioria, num total de trinta (91%) são de pequena e média intensidade e, apenas três (9%) foram crises fortes.

### 3. Sazonalidade ao óbito

Sabendo que a morte não tem o mesmo ritmo de acometimento no decurso do ano, variando com o evoluir dos contextos históricos, procedemos à repartição dos óbitos

pelos meses do ano e por dois períodos de igual duração de seis décadas (<sup>1</sup>), resultando o Gráfico nº 2. Para o efeito seguimos a metodologia proposta por L. Henry, dividindo-se os números observados pelo número de dias do mês, sendo estes seguidamente substituídos por números proporcionais, de forma a perfazer no seu total o valor de 1200. Tivemos, ainda, em conta os anos de mortalidade anormal ou «*excepcional*», excluindo-os desta contagem, para não nos alterar a análise.

**Gráfico 2 – Movimento sazonal da mortalidade adulta (1760-1880)**



Fonte: Livros paroquiais de Chaves

Da leitura do gráfico ressalta o seguinte:

- alguma regularidade no tempo, não se verificando profundas variações da distribuição mensal dos óbitos, à exceção das altas de Março e Dezembro, e uma baixa em Junho, para o 1º período, enquanto o de Oitocentos evidencia uma maior regularidade;
- no período de 1760 a 1819, os meses de Março, Abril, Novembro e Dezembro são penosos para os flavienses;
- na segunda parte do ano que a morte ceifa o maior número de vidas, de Agosto a Janeiro, em ambos os períodos estudados;

<sup>(1)</sup> A estabilidade do fenómeno e a partilha equilibrada do número de ocorrências, aconselhou o seu tratamento, numa escala próxima do meio século, dividindo-se a observação em dois períodos de igual duração: de 1760 a 1819 e de 1820 a 1880.

d) os meses estivais, à excepção de Agosto, são aqueles em que a morte anda mais arredada da Vila.

Podemos concluir a que a mortalidade normal é maior nos meses de Outono/Inverno, período frio e húmido, particularmente difícil para estas populações, frequentemente «*achacadas*» a infecções pulmonares, numa época em que a defesa contra o frio e a humidade era precária. Com efeito, os problemas respiratórios atacam sobretudo nos meses de Inverno, enquanto que as doenças gastro-intestinais ocorrem no final do Verão e princípios de Outono. Por sua vez, a elevação da mortalidade em Março/Abril e Setembro/Outubro é coincidente, como diz o povo, com «*o rebentar e cair da folha*», verificando-se esta tendência essencialmente no período de Oitocentos. José Pérez Garcia (1979:141-144) associa a sobremortalidade Inverno-primaveral adulta à penúria de subsistências. Somos, no entanto, da opinião de que uma crise de subsistências não desemboca forçosamente numa crise de mortalidade, se não despertar um surto epidémico.

Comparando o comportamento sazonal em Chaves com a paróquia rural de Calvão (Faustino, 1998:235), ou com outras paróquias transmontanas estudadas <sup>(2)</sup>, verificamos que na generalidade existe entre elas um certo paralelismo, com máximos no Outono/Inverno e com uma baixa em Maio/Junho, embora em Calvão as variações sejam mais acentuadas que na urbe flaviense.

Do exposto, fica patente a influência decisiva do clima na cadência dos ritmos do calendário da morte. A análise da sazonalidade dos óbitos permiti-nos conhecer melhor as causas que influenciaram o comportamento. Há mesmo autores, como Livi-Bacci e Perez de Moreda, entre outros, que vêm na análise estacional da doença um bom instrumento para descobrir a *causa-mortis* e a natureza da mortalidade de crise, bem como a sua incidência social e etária, ainda que tal não deva ser, em nosso entender, esteira a tomar sempre em consideração.

---

<sup>(2)</sup> Referimo-nos às paróquias de S. Pedro de Poiães e Cardanha estudadas por Norberta Amorim.

#### 4. O Ciclo das principais crises

##### a) As Crises de 1765 e 1766

A segunda metade de Setecentos, assinalada por guerras, carências de subsistências e epidemias, amargou a precária existência dos flavienses, bem patentes nas 12 crises registadas, 5 delas de «média» magnitude.

O averbamento de duas crises em anos contíguos, de magnitude «média» levou-nos à apresentação, pelo seu interesse, do gráfico comparativo da sazonalidade da sobremortalidade para os anos de 1765 e 1766.

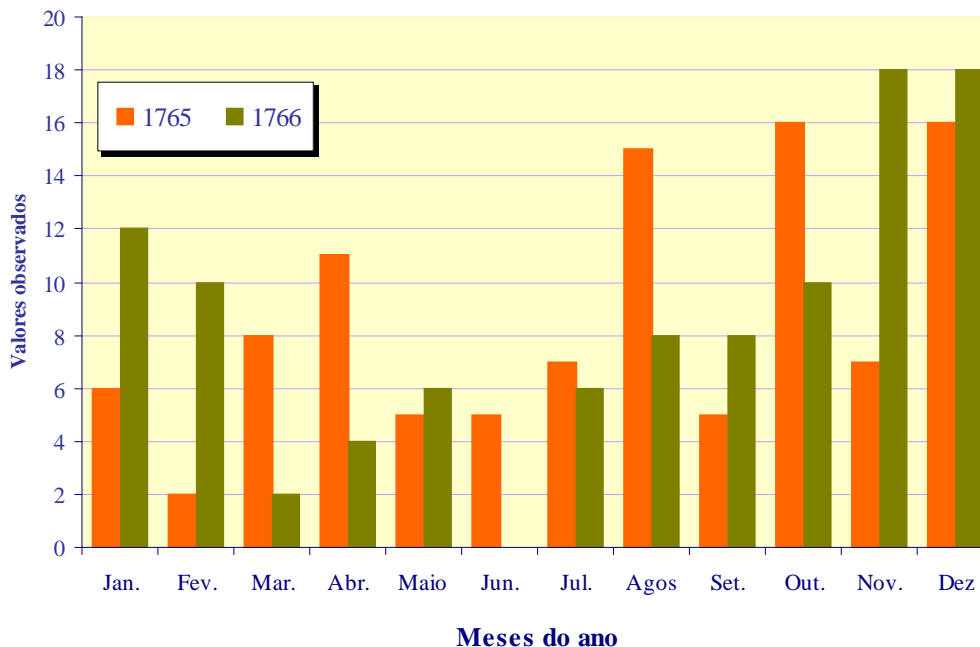
Na sequência da ocupação militar da Vila pelas tropas espanholas, em de Maio de 1762, que se prolongara por quase um ano, derivado à participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos, ao lado dos ingleses, levou muitos flavienses a abandonar a urbe, a caminho de um lugar mais seguro, pois, o Governador da Praça, general Francisco José Sarmiento havia desamparado a Burgo acompanhado dos seus soldados e muitos paisanos. Resultaram daqui desarranjos de várias ordem, quer da produção e do abastecimento de víveres, quer na alimentação e na saúde das populações. António Pedro Vicente conta-nos que os habitantes locais, com o ódio que tinham ao invasor, destruíram culturas, queimaram os mantimentos e casas, privando o inimigo de abastecimento e de alojamento (Serrão, 1982:60). Uma análise dos registos de óbito não nos esclarece sobre as possíveis repercussões desta ocupação e, apenas um assento se refere à ocupação «*castelhana*» e que, por isso, se deu ao defunto sepultura numa freguesia próxima. Certamente foi o que terá acontecido a alguns flavienses que procuraram guarida nas aldeias vizinhas, estando-se, assim, perante um sub-registo do fenómeno, subtraindo expressão à curva necrológica da Vila para os anos em causa. Só uma busca aturada pelos livros de registo de óbito de várias freguesias próximas de Chaves, poderá dar resposta à nossa inquietação.

Porém, a escalada dos falecimentos só acontecerá nos anos seguintes de 1765 e de 1766. A observação do gráfico 4, da sazonalidade dos óbitos reflecte, em nosso entender, a ocorrência de uma epidemia de tipo Estivo-outonal, com um usual repique secundário no mês de Janeiro, permeáveis a doenças gastrointestinais. Já a sobremortalidade Inverno-primaveril, ocorrida em 1865 poderá estar relacionada com a



penúria de subsistências, fruto dos maus anos agrícolas que se sucederam por essa altura.

**Gráfico 3 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1765/66)**



Não sabemos em que medida a seca, a destruição de viveres e os episódios de guerra, ocorridos nos anos anteriores, e as conseqüentes doenças que a perseguem afectaram este ciclo de sobremortalidade, mas, não há dúvida que fragilizou a vida dos flavienses.

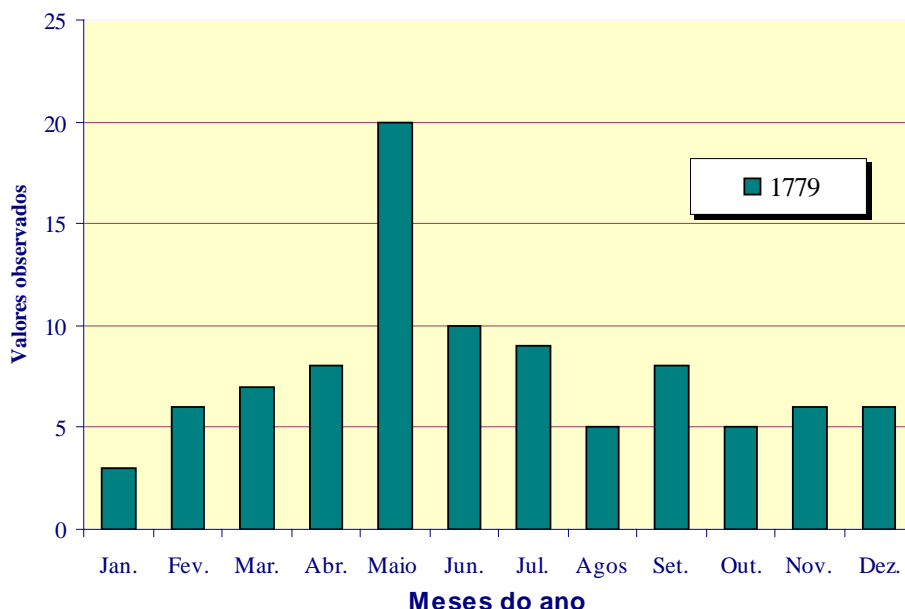
Nas terras trasmontanas de Moncorvo, as crises de mortalidade deste período tiveram como pano de fundo os frequentes maus anos agrícolas (Barbosa, 2001:23), afectados pelas más condições climatéricas, com maior incidência nos meses de Inverno. A penúria de alimentos foi igualmente sentida na comarca de Celanova, da vizinha Galiza (Fernandez, 1997:110). Porém, já em Calvão o fenómeno não teve incidência significativa nos anos em apreço.

Devemos ter presente que Portugal era deficitário em cereais, produzindo apenas um terço das necessidades da sua população, tendo por essa altura negociado a sua importação de França (Serrão, 1982: 63). Porém, o silêncio das fontes consultadas não permite afirmações conclusivas.

## b) A Crise de 1779

No ano de 1779 lavrou uma crise magnitude 2 (crise média), inscrita num ciclo de quatro crises «*menores*»: três que a antecederam e uma no ano seguinte.

**Gráfico 4– Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1779)**



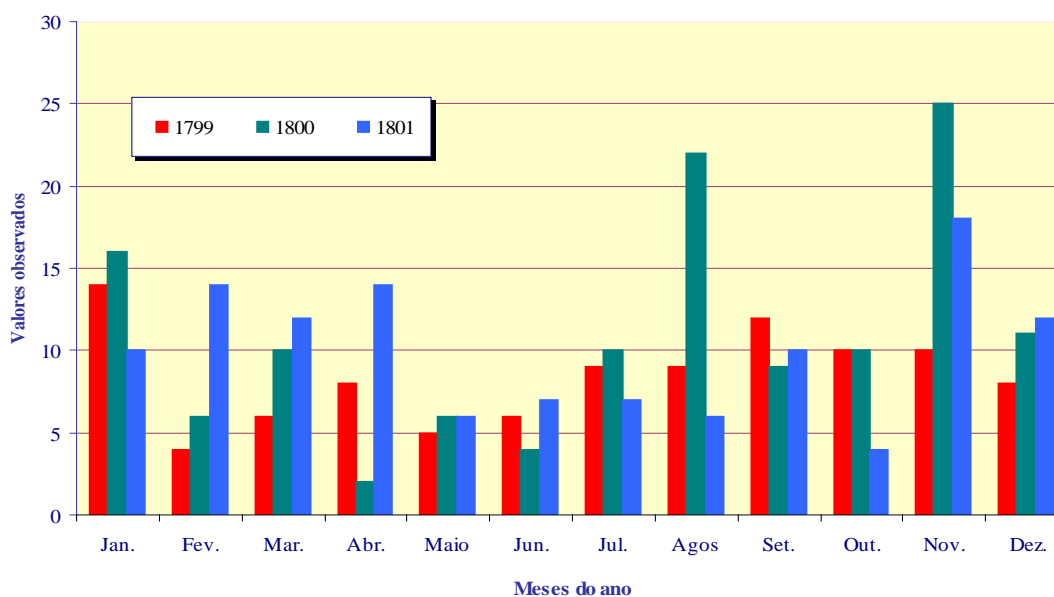
Contrariamente às anteriores, o número de falecimentos adensa-se sobretudo no mês de Maio, prolongando-se, ainda, ligeiramente nos meses de Junho e Julho. Os cerca de 17% de militares falecidos durante este ano, um valor, ainda assim, significativo, acompanharam a tendência sazonal, com um máximo igualmente em Maio, não ajudando, por isso, a clarificar as causas de morte. Globalmente estamos perante um fenómeno primo-estival que, segundo Yves Marie Bercé (1991:161-174), tem origem, em regra, nas doenças de tipo exantemático, embora não se descartem outras razões, como as febres intestinais e catarrais. Não temos conhecimento que, por essa altura, tenham ocorrido episódios bélicos na raia transmontana, não se afastando, porém, a influência dos soldados «*domiciliados*» no Hospital Real da vila. Não havendo, porém, notícias sobre o que terá despoletado este «*acidente demográfico*», somos levados a acreditar que estaremos perante uma qualquer endemia.

### c) As Crises de 1799, 1800 e 1801

A última década de Setecentos e a primeira do seguinte foram particularmente difíceis para as populações desta região transmontana, coincidindo com um período de anos de más colheitas, que fizera subir o preço do pão (Sousa, 1979:49). Em Chaves contamos nove crises, sendo três de magnitude «*media*» e uma «*forte*». Também em Calvão verificámos no ano de 1800 uma «*crise maior*» de magnitude 4, a mais mortífera que assolara a paróquia nas duas centúrias por nós estudadas.

Do exame do gráfico nº 5, verificámos que o ano de 1799 se inicia com uma subida de enterramentos, logo no mês de Janeiro, baixando para valores «ordinários» até ao mês de Julho. Porém, o número de óbitos adensa-se nos meses seguintes, com um repique em Janeiro de 1800. Fernando de Sousa (1979:50) conta-nos que o ano 1799 foi muito chuvoso, estendendo-se ao ano seguinte, com um Verão muito frio, traduzindo-se naturalmente numa penúria de cereais. Durante este ano de 1800, designadamente nos meses de Agosto e Novembro, a morte «*flameja*» na Vila, prolongando-se nos primeiros meses do ano seguinte, à excepção de Fevereiro e Abril. De novo, a morte atíça-se nos meses de Novembro e Dezembro de 1801. Segundo o pároco de Mancelos, na cidade do Porto, em 1801 e 1802, os pobres morriam de fome e fio, pela muita miséria (Sousa, 1979:56).

**Gráfico 5 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1799, 1800 e 1801)**



Apesar dessa informação, não vislumbramos uma regular continuidade na evolução sazonal dos óbitos, seguindo estes, por sua vez, «*grosso modo*» uma feição Estivo-outonal, nos dois primeiros anos, e uma Outono-invernal no terceiro ano analisado. Curiosamente, nos meses seguintes aos episódios da Guerra das Laranjas, ocorridos nesta vila em Junho de 1801, que geraram perturbações de várias ordens, o volume de óbitos aproximou-se da normalidade. Consultando os registos de óbito detectámos que uma percentagem substancial faleceram no Hospital Real ou Militar, acompanhando a distribuição mensal e a tendência do ano.

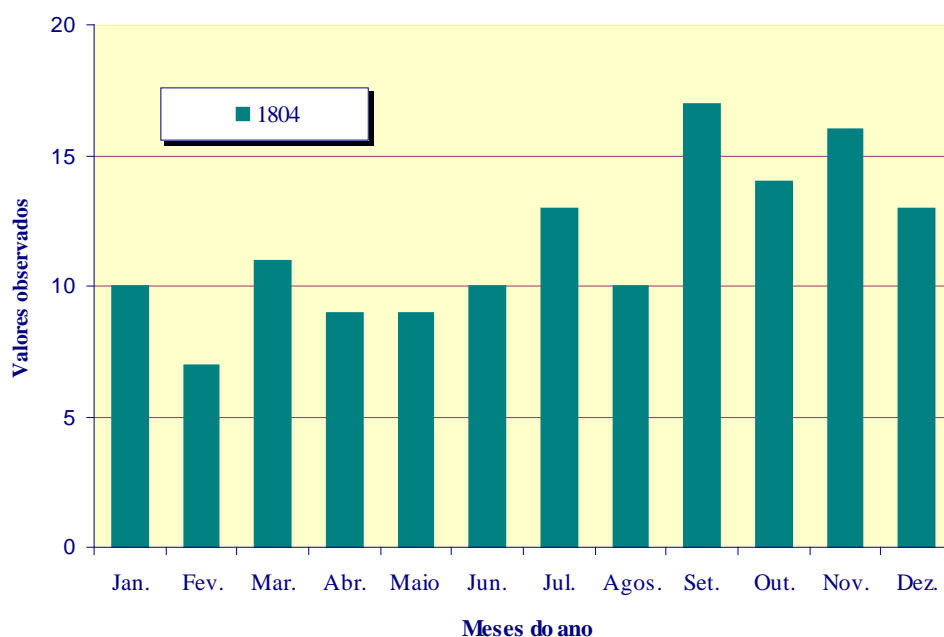
Foi nos meses frios de Novembro e Janeiro, ou nos meses quentes de Julho e Agosto que a morte atacara nesta instituição com mais teimosia. Os valores atingidos nos meses de Agosto e Novembro de 1801 demonstram bem essa tendência. A não indicação nos assentos de óbito da *causa de mortis* não nos esclarece sobre a origem, ou origens da sobremortalidade neste período. Todavia, os duros anos em que se inscrevem estas crises, de carência de subsistências, de miséria e de movimentações militares, criaram condições favoráveis ao desenvolvimento de epidemias, entre elas, o tifo exantemático, companheiro dos exércitos. À semelhança do que acontecia em outras regiões do país, também no Norte do reino, as epidemias e a peste continuaram a ceifar estas populações, nos anos de 1803-1804.

#### **d) A Crise de 1804**

No ano de 1804 a vila de Chaves é devastada por uma crise de magnitude «*média*» que medrara particularmente na segunda metade do ano, com um pico principal no mês de Setembro e um secundário em Novembro.

É de sublinhar que cerca de 45% dos efectivos são provenientes do Hospital Militar, acompanhando igualmente a feição Estivo-outonal, incidindo fortemente nos meses de Junho, Setembro e Dezembro. Teria sido, por isso, que esta crise não teve expressão na comunidade rural de Calvão? Seria necessário averiguar as causas desta forte incidência obituária nos militares para melhor compreender este acidente demográfico. A fazer fé nas palavras de Fernando de Sousa (1979: 50), a par das epidemias e da peste, os maus anos agrícolas continuaram a sentir-se em Portugal, originando, em 1804, uma vantajada importação de cereais, bem superior à de 1796 e de 1801.

**Gráfico 6– Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1804)**

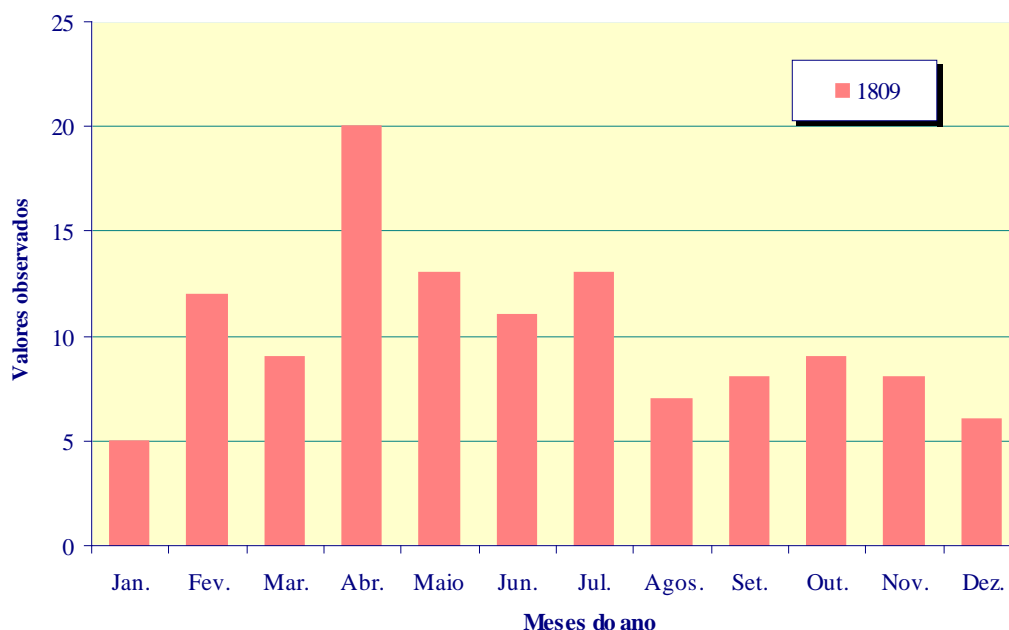


Também a vila de Moncorvo, no biénio de 1804-1805, fora assolada por um quadro espinhoso, onde se conjugaram o paludismo e as febres tifóide e amarela, provocado pelas graves perturbações climatéricas e escassez de géneros alimentares, sentida também além fronteiras (Barbosa, 2001:30). Igualmente em Vila Flor, os primeiros anos do século XIX foram caracterizados por maus anos agrícolas, crises frumentárias e epidemias que geraram uma mortalidade extraordinária de magnitude «forte» em 1805, depois de uma crise «menor» em 1803.

#### **e) A Crise de 1809**

A «crise menor» de sobremortalidade ocorrida em 1809 está relacionada com a Guerra Peninsular, designadamente com a segunda invasão francesa que afectara particularmente esta vila e a região norte do reino.

**Gráfico 7 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1809)**



Não temos relatos do que terá ocorrido, mas tudo nos leva a crer que os casos de Abril a Julho, com um pico no primeiro mês, tenha a ver com os desarranjos causados pela campanha de Soult, provocando carências de abastecimento, más condições de existência, seguidas provavelmente de um surto epidémico estival. Na verdade, os exércitos em movimento provocam a desorganização da actividade agrícola, a devastação das culturas e o saque ou destruição das colheitas. Terá sido isso, possivelmente, o que aconteceu nos meses de Março, Abril e Maio em Chaves, preparando o terreno à penúria das colheitas. A guerra, a pilhagem, a destruição das colheitas, a miséria e a fome não teriam preparado o terreno a um surto epidémico, presumivelmente de tifo? Pelo que os exércitos para além de privarem as populações de alimentos, difundem doenças. Yves Marie Bercé (1991:161-174) chega a designá-las por «peste de guerra» por se associarem às desgraças da guerra, acarretando uma perda considerável da população. A propósito, Norberta Amorim (1987:315) traça-nos, assim, a situação, para Guimarães: «juntaram-se os efeitos directos da Guerra Peninsular e o alastramento de uma mortífera epidemia identificada como tifo exantemático».

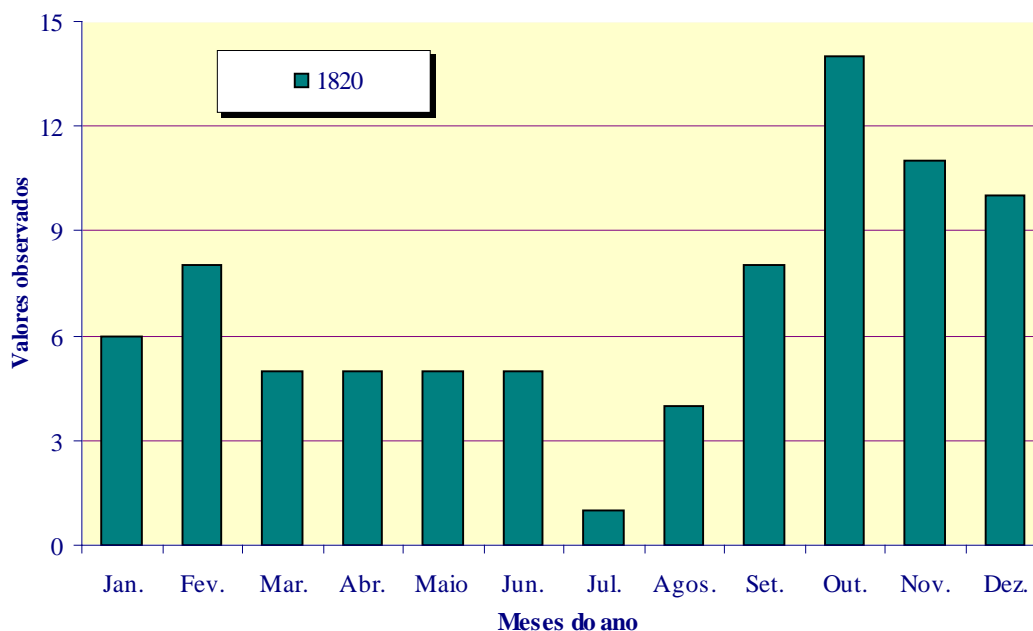
Também, em 1909, na comarca de Celanova, na Galiza, por onde trilharam as hostes francesas ocorreu uma crise com certa importância que se prolongara no ano seguinte (Fernández, 1997:111).

Em Chaves, tal como na paróquia rural vizinha de Calvão (Faustino, 1998: 209), após o mês de Agosto a crise dissipou-se bruscamente e a mortalidade tornou-se «ordinária».

#### f) A Crise de 1820

No ano de 1820, a mortalidade irrompeu bruscamente originando uma «*crise menor*» de magnitude 2. A subida dos níveis de mortalidade verificou-se essencialmente nos meses de Inverno, descendo, para valores normais, nos meses Primo-estivais.

**Gráfico 8 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1820)**



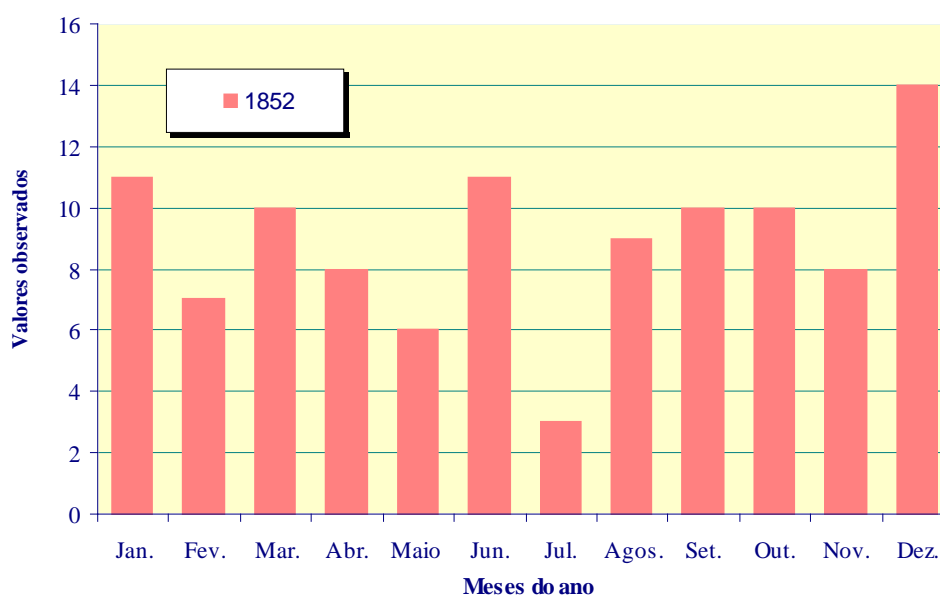
Na segunda metade do ano, o surto de falecimentos renova-se, adensando-se em Outubro e desacelerando-se nos meses seguintes.

É claramente uma crise Outonal, com substancial expressão no Inverno seguinte. Faltam-nos relatos credíveis que nos esclareçam sobre a etiologia da sobremortalidade durante este ano. Sabemos, no entanto, que uma trintena de defuntos, correspondendo a 36% da totalidade, estavam internados no Hospital Militar da Vila, tendo mais de metade finado nos últimos três meses ano.

### g) A Crise de 1852

No ano de 1852 a sobremortalidade voltou a subir. Com efeito, da observação da repartição dos óbitos mensal, verificamos que ela se dispersa pelos diferentes meses do ano, com uma forte elevação em Dezembro e dois picos secundários em Janeiro e Junho. Aos internados no Hospital Militar junta-se, agora, um número substancial de pessoas pobres e mendigas, tendo algumas destas finado no Hospital da Misericórdia, onde se recolhiam os mais carenciados.

**Gráfico 9 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1852)**



Aqui, segundo documentos coevos, afluíam doentes de diversas proveniências, designadamente dos concelhos limítrofes e até da Galiza.

Os provedores queixam-se, por esta altura, de que uma grande quantidade de mendigos portugueses e galegos, bem como um significativo número de mulheres «toleradas» procuravam o Hospital para curar as suas moléstias venéreas, entre outras, provocando inúmeros gastos (Visoço, 2007:143). Pelo que somos levados a concluir que houve uma alteração do paradigma da etiologia da sobremortalidade em relação ao início do século.

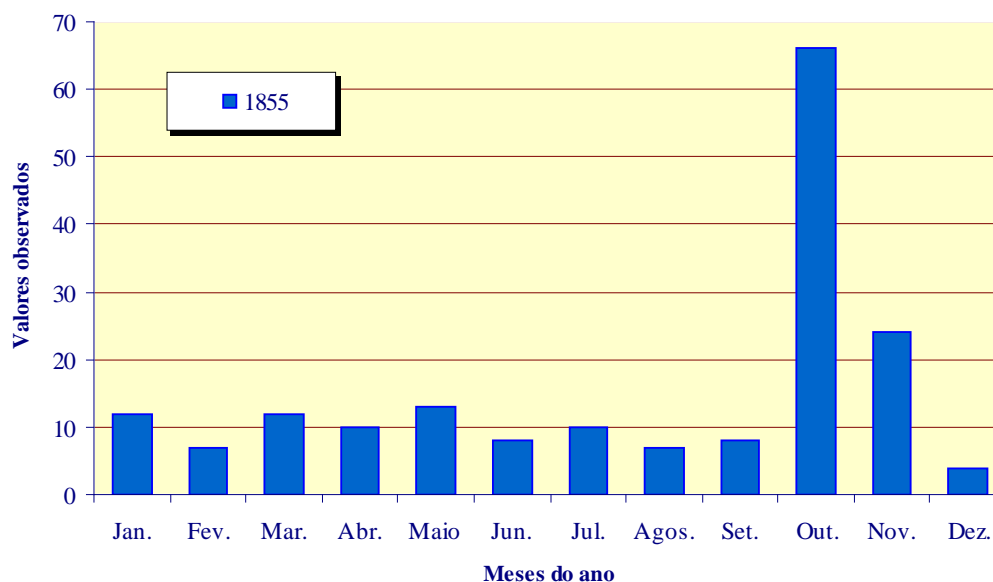


## h) A Crise de 1855

No ano de 1855 a morte irrompe virulentamente no mês de Outubro. Tratou-se da crise mais mortífera que registámos para Chaves, atingindo o índice de 5,9.

A Vila foi abrasada, a partir do dia 14, por uma epidemia de *Cólera Morbus* proveniente da Galiza que só se extinguiu no ano seguinte. Segundo a correspondência trocada, por essa altura, entre o Administrador do Concelho e o Alcaide Constitucional de Verín, da vizinha Galiza, o terrível flagelo castigara, já no dia 8 de Setembro, a Poeblla de Sanabria e no dia 12 entrara na paróquia da A Godinha e em vários povos da raia galega. Perante a situação o Administrador zelou para que os socorros públicos tomassem as seguintes medidas: um «cordão sanitário militar para impedir a entrada de pessoas»; o estabelecimento de um hospital para os indigentes coléricos; a afixação de editais em diversos locais públicos. Outras medidas de carácter higiénico, como dar sepultura aos cadáveres dos pobres indigentes, por falta de quem o fizesse, mereceram igualmente a atenção das entidades públicas.

**Gráfico 10 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1855)**



A fim de cuidar da saúde mental da população, no dia 16 de Outubro o Administrador do Concelho oficiou ao Reitor da Igreja Matriz e ao Provedor da

Misericórdia para não mandarem tocar os «*sinais*» enquanto lavrasse a epidemia, a fim de «não infundirem o terror que os mesmos podem causar aos habitantes da Vila». Apesar disso, no decurso do ano, mais de cento e oitenta vezes os párocos acompanharam os seus fregueses defuntos ao cemitério, setenta dos quais no mês de Outubro. Também durante os meses de Outubro e Novembro foram sepultados 29 militares dos 48 que faleceram durante o ano de 1855.

Reflectindo o quadro de dificuldades e de miséria na vila de Chaves, segundo os documentos da época de que nos servimos, pereceram 59 pessoas, mulheres na sua grande maioria, declaradas pelos redactores paroquiais como pobres e mendigas. Associadas a este surto epidémico lavraram «*outras febres intermitentes*», designadas de febre-amarela que continuaram a martirizar a existência das populações flavienses nos tempos seguintes, já por si em situação aflitiva devido ao péssimo ano agrícola de 1856 e à consequente subida dos preços dos cereais.

Durante este ano foram registados surtos de *cholera-morbus* em diferentes terras do país, como em Braga e Lisboa. Na capital do Minho revelou-se devastadora (Barbosa, 2001:32) e em Lisboa o surto foi seguido pela epidemia de febre-amarela, de Outubro de 1855 a Novembro de 1856, que segundo Teresa Rodrigues (1995:259) dizimou 3.275 almas. Também a pequena paróquia rural de Calvão foi igualmente afectada por uma vaga de sobremortalidade, mas somente nos anos seguintes de 1856 e 1859, cujas causas desconhecemos por falta de fontes esclarecedoras.

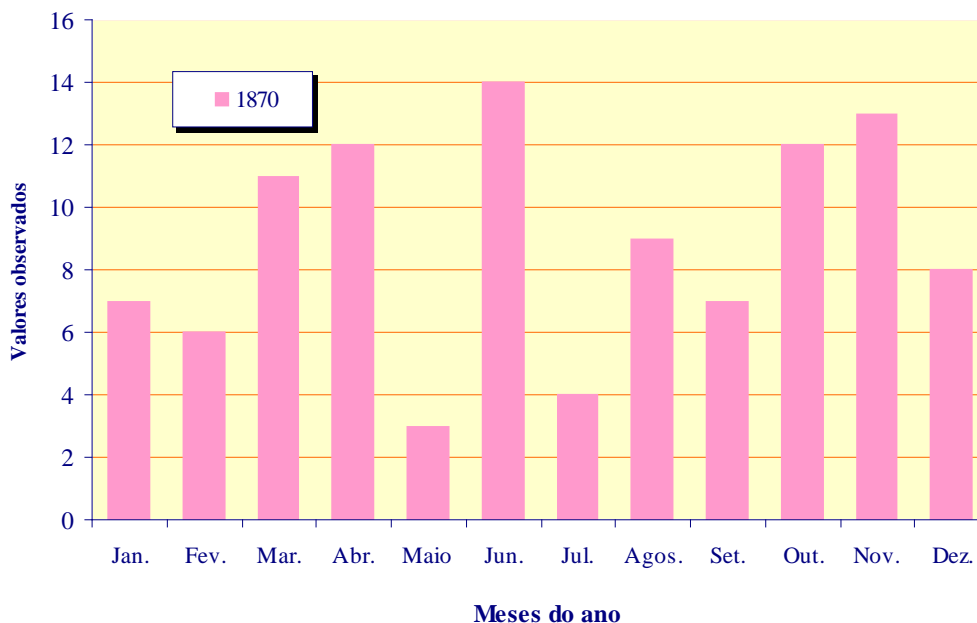
### **i) A Crise de 1870**

Uma análise da distribuição mensal dos falecimentos do ano de 1870 revela-nos uma maior incidência nos meses de Primavera e de Outono, com um acréscimo «*anormal*» no mês de Junho. Torna-se difícil a procura das causas próximas desta «crise menor», tanto mais, como é sobejamente conhecido, porque as características destas sobremortalidades não se revêem no paradigma dos períodos anteriores.

Ainda que o nosso rei D. Luís no ano de 1865 tenha providenciado para se tomarem medidas para prevenir a Cólera no reino, esta não foi declarada na vila, apesar da elevação do número óbitos, nem tão pouco na paróquia rural vizinha de Calvão, a fazer fé nos documentos oficiais da época. Ao invés, declara-se «*uma grave moléstia*» no ano de 1870, na povoação de Sobreira e uma de febre tifóide na aldeia de Curral de

Vacas, no ano de 1873-74, que não chegou à sede do concelho, nem às freguesias vizinhas.

**Gráfico 11 – Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1870)**



Pelo que podemos concluir que as sobremortalidades, as grandes delapidadoras das populações do passado são, agora, substituídas por «*febres*» localizadas e de curta duração.

## 5. Conclusão

Podemos concluir que as «mortalidades excepcionais» estão associadas a conjunturas adversas que perpassaram a vida dos flavienses, de natureza vária, carência de subsistências, perturbações político-militares e sociais, que se encarregaram de preparar o terreno aos surtos epidémicos.

As sobremortalidades da segunda metade Setecentos estão, quase sempre, associadas aos maus anos agrícolas e à conseqüente carência de alimentos. As alterações climatéricas marcam as últimas décadas do século provocando escassez de cereais, carestia dos preços e certamente fomes, que se agravaram pelos acontecimentos da Guerra dos Sete Anos, da Guerra das Laranjas e pelas doenças de incidência Outono-invernal.

A nossa observação iniciou-se com a detecção de uma mortalidade associada a episódios bélicos que, nos anos seguintes a 1762-63, alteraram o ritmo obituário

«normal». Chaves, como uma das praças mais fortes da raia do norte de Portugal, foi marcada por uma dinâmica ligada à vida militar quer quotidianamente, quer, ainda, de forma episódica, quase sempre virulenta. Foi o que aconteceu nos anos de 1801 e 1809, não se podendo negar os efeitos imediatos que a situação de guerra e ocupação acarretou em termos da vida agrícola e subida de preços, desembocando, em geral, sempre que cavalga um surto epidémico, numa crise de mortalidade. Na verdade, ainda que se considere a epidemia como o elemento constitutivo de toda a crise, não podemos menosprezar o papel desempenhado pelas campanhas militares numa vila próxima da raia galega, não tanto pelos efeitos das tropas, mas como factor de desorganização da vida económica e social e como veículo de propagação de doenças.

A propósito, concordamos com Pérez Moreda (1980:375-376) quando conclui que as crises de sobremortalidade dos primeiros anos de Oitocentos, pela sua natureza complexa e intensidade, marcam o final de um ciclo multissecular, no qual a natureza e os mecanismos se repetiam, embora com desigual gravidade, mas com características semelhantes.

Por sua vez, os meados de Oitocentos estão ligados aos flagelos da *cholera-morbus* e da febre-amarela detectadas em diversas regiões do país. Em Chaves, sentiram-se com grande virulência designadamente no ano de 1855, o mais mortífero que observámos.

A partir dos meados da centúria as grandes mortalidades desapareceram, podendo no entanto registarem-se «*crises menores*» de fraca intensidade e mais espaçadas no tempo como as de 1868, 1870 e 1872, tendo para isso contribuído a implementação de medidas higiéno-sanitárias, como a proibição da vadiagem dos animais domésticos na ruas da urbe, bem assim, o seu lajeamento e limpeza. O aproveitamento de melhores nascentes de água e o seu encanamento para a vila melhorou de forma decisiva a saúde pública.

Por tudo isto, somos levados a concordar com Teresa Rodrigues (2004:38) que, doravante, o comportamento da mortalidade deixa de estar sujeira à instabilidade que até então o caracterizava.

## 6. Bibliografia citada:

- AMORIM, Maria Norberta (1987) – *Guimarães 1518-1819. Estudo Demográfico*. Lisboa: I.N.I.C.
- AMORIM, Maria Norberta (1992) – *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2004) – *O Pico. A abordagem de uma Ilha. As famílias de S. João nos finais do século XIX*. Lajes do Pico: edição da Câmara Municipal das Lajes do Pico/ NEPS, Vol. I Tomo I
- BANDEIRA, Mário Leston. (1996) – *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (2001) - *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: NEPS/ICS da Universidade do Minho.
- BERCÉ, Yves-Marie (1991) - *Os soldados de Napoleão vencidos pelo tifo*, in LE GOFF, Jacques, apres - *As doenças têm história*. Tradução portuguesa de Laurinda Bom, Lisboa: Terramar, p. 161-174.
- BIDEAU, Alain (1984) - “*Os mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais*”, in MARCILIO, M. L., org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis, Vozes, pp. 47-68.
- BORRALHEIRO, Rogério Pereira (1997) – *O Município de Chaves entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834)*. *Administração, Sociedade e Economia*. Braga: Edição do Autor.
- CARVALHO, General de Ribeiro (1929) – *Chaves Antiga*. Lisboa: Ofic. da Sociedade Nacional de Tipografia.
- COSTA, José Inácio da (1789) - *Memória Agronómica relativa ao Concelho de Chaves*. In «*Memórias Económicas*». Lisboa: Academia Real das Ciências, T.T.
- DUPAQUIER, Jacques (1984) - *L'analyse statistique des crises de mortalité*. In AAVV, *les grandes mortalités: étude méthodologique des crises démographiques du passé*. Liège: p.83-112.
- DUPAQUIER, Jacques (1984) – *Pour la Démographie Historique*. Paris: P.U.F.
- DIAS, Nuno J. Pizarro (1990) – *Chaves Medieval ( séc.s XIII e XIV)*. «*Revista Aquae Flaviae*», nº 3. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 35-94.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998) – *Calvão: Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*. Chaves: Edição da Câmara Municipal de Chaves – NEPS /ICS da Universidade do Minho.
- FERREIRA, Maria Cordeiro (1981) – *Epidemias*. In SERRÃO, Joel, dir. - «*Dicionário de História de Portugal*». Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. II, p. 406-407.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984) – *Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências*. In Marcílio, M. Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 69-109.
- MACHADO, Júlio Montalvão (1994) – *Crónica da Vila Velha de Chaves*. Chaves: Edição da Câmara Municipal de Chaves.
- MENDES, José Manuel Amado (1995) – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC.
- MOREIRA, Maria João Guardado (1994) - *Vida e Morte no Concelho de Idanha-a-Nova, Estudo Demográfico - Século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.

- PÉREZ Garcia, J.M. (1979) – *Um modelo de sociedade rural de Antigo Régimen en la Galicia Costera*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago.
- PÉREZ Moreda, Vicente (1980) - *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- FERNÁNDEZ, Delfina Rodríguez (1999) – *A Terra e as Xentes. Nacer, vivir e morrer na comarca de Celanova ó longo da Idade Moderna. A Coruña: Vía Láctea, Edição do Concello de Celanova e da Universidad de Vigo*.
- RODRIGUES, Teresa (1990) - *Crisis de mortalidade em Lisboa, Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) - *A Cidade em Portugal – Uma geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Carlota Maria Fernandes, (2007) *Incidência da mortalidade no concelho da Madalena (Ilha do Pico – Açores) entre 1670 e 1970*. In «Actas do Congresso Internacional de História», *Territórios, Cultura e Poderes*. Braga: «Cadernos do Noroeste», Núcleo de Estudos Históricos da U.M, Vol. II, p. 558-583;
- SANTOS, Carlota Maria Fernandes (2008) - *Biodemografia do concelho da Madalena – estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Madalena do Pico: Município da Madalena.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1982/1986) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, Vols. VI, VII e VIII.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira de (1979) - *A População Portuguesa em Finais do Século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento policopiada, 2 vols.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira de (1995) - *A População Portuguesa em Finais do Século XVIII*. Porto: Revista de População e Sociedade, C.E.P.F.A.M., nº 1, p. 41-55.
- VEIGA, Teresa Rodrigues (2004) – *A População Portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento.
- VIÇOSO, Maria Isabel (2007) – *História da Misericórdia de Chaves: 500 anos de vida*. Chaves: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.